

Cataláxia: A Escola Austríaca *versus* o *Mainstream*

*Mariana Piaia Abreu**

Resumo: Este trabalho procura compreender o desenvolvimento da teoria de mercado da Escola Austríaca alternativamente à Escola Neoclássica (*mainstream*). Para a elaboração do trabalho faz-se necessário analisar a fundamentação epistemológica e metodológica e as diferenças entre os conceitos de eficiência para as duas escolas. Conclui-se que a teoria de mercado da Escola Austríaca apresenta-se como uma alternativa à teoria de mercado do *mainstream*, que apresenta pressupostos e conceitos ilusórios. Instiga-se, desta forma, o surgimento de novas perspectivas que possam contribuir ao meio acadêmico e à superação de conceitos errôneos que levam a conclusões também errôneas.

Palavras-Chave: Escola Austríaca, Escola Neoclássica, Cataláxia, Mercado, Eficiência.

Catallaxy: The Austrian School *versus* the Mainstream

Abstract: This paper seeks to understand the development of the Austrian School market theory, as an alternative to the Neoclassical School (*mainstream*). For the elaboration of the paper is necessary to analyze the epistemological and methodological reasons and differences between the concepts of efficiency for the two schools. We conclude that Austrian School market theory is presented as a better alternative to the *mainstream* market theory, which presents illusive assumptions and concepts. Thus, we stir up the emergence of new perspectives that can contribute to the academy and to overcoming misconceptions that lead to erroneous conclusions.

Keywords: Austrian School, Neoclassical School, Catallaxy, Market, Efficiency.

Classificação JEL: B25, B49, B53

* *Mariana Piaia Abreu* é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF).
E-mail: marianapiaia@hotmail.com

Na década de 1870, uma nova concepção de valor¹ surgiu na ciência econômica, uma teoria subjetiva, com a utilização do princípio da utilidade marginal em substituição à teoria do valor trabalho, dominante até então. Desta nova forma de se entender o valor surgem duas escolas do pensamento econômico, que por mais que datem da mesma época, apresentam fortes divergências metodológicas. Uma destas escolas é a Neoclássica, iniciada pelo inglês William Stanley Jevons (1835-1882)² e o francês Léon Walras (1834-1910)³, seguidos por Alfred Marshall (1842-1924)⁴ e Vilfredo Pareto (1848-1923)⁵. Estes autores fundamentaram a sua análise marginalista utilizando métodos das ciências naturais, incorporando da física os conceitos de valoração (termodinâmica) e de análise estática de equilíbrio (mecânica).

A outra escola é a chamada Escola Austríaca de Economia, tendo como primórdio Carl Menger (1840-1921)⁶. Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914)⁷ seguiu Menger e orientou sua análise para a importância da utilidade como conceito categórico do valor dos bens. A análise dos austríacos não se encaixa no arcabouço teórico neoclássico, pois aqueles não consideram em sua teoria os conceitos da matemática e da física. A tradição iniciada por Menger é um campo vasto e fascinante

do conhecimento humano, que transcende a economia, pois se estende ao âmbito mais abrangente das ciências sociais, da filosofia e da cultura humanista. Isso se deve à originalidade de Menger, que consistia em construir uma teoria que partia do ser humano – ator criativo e protagonista de todos os processos sociais –, bem como uma teoria das instituições sociais, entendida como esquemas pautados de comportamento que surgem de forma espontânea na sociedade. Menger considerava imprescindível abandonar o estéril objetivismo da Escola Clássica Anglo-Saxônica, devendo o científico em economia situar-se sempre sob a perspectiva do ser humano que atua⁸.

Há inúmeras diferenças filosóficas e metodológicas entre os marginalistas que levam a distintos pressupostos e estes a diferentes análises e conseqüentes conclusões. Uma das particularidades da análise da Escola Austríaca é considerar a ciência econômica como parte de uma ciência maior, a praxeologia, a ciência ou teoria geral da ação humana⁹. Na Escola Austríaca o homem não só aloca meios escassos a certos fins, como procura novos meios e fins. Assim, a cataláxia¹⁰, a teoria de mercado, está inserida em um universo mais amplo, a ação humana. O conceito de economia para a Escola Austríaca, desta forma, é baseado no estudo da ação humana deliberada. A ciência geral da ação humana está preocupada com os meios pelos quais os agentes atingem certos fins. Esse processo de tomada de decisões – escolhas dos

¹ Já havia concepções primitivas sobre a teoria subjetiva de valor: os Escolásticos tardios da Escola de Salamanca - descendentes de São Tomás de Aquino – e posteriormente Richard Cantillon (IORIO, Ubiratan. **Economia e Liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª Ed., 1997).

² JEVONS, William Stanley. **Theory of Political Economy**. New York: Sentry Press, 5ª Ed., 1965 [1871].

³ WALRAS, Leon. **Elements of pure economics**. New York: Routledge, 2013 [1874].

⁴ MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. London: Macmillan, 9ª Ed., 1997 [1890].

⁵ PARETO, Vilfredo. The New Theories of Economics. **Journal of Political Economy**, Vol. 5, No. 4, 1897.

⁶ MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1986 [1871].

⁷ BÖHM-BAWERK, Eugen von. **The Positive Theory of Capital**. New York: G. E. Stechert, 1930 [1891].

⁸ HUERTA DE SOTO, Jesús. La teoría de la eficiencia dinámica. **Procesos de Mercado: Revista Europea de Economía Política**, No. 1, 2004, p. 11-71.

⁹ MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 4ª Ed., 2010 [1949].

¹⁰ “Cataláxia – a teoria da economia de mercado, isto é, das relações de troca e dos preços. Analisa todas as ações baseadas no cálculo monetário e rastreia a formulação de preços até a sua origem, ou seja, até o momento em que o homem fez sua escolha. Explica os preços de mercado como são e não como deveriam ser. As leis da cataláxia não são julgamentos de valor; são exatas, objetivas e de validade universal” (MISES. **Ação Humana**. p. 23).

meios – não é assentado por fatores externos, é subjetivo. A teoria subjetiva do valor, desenvolvida por Menger, é, desta forma, o ponto de partida para a análise de mercado.

O subjetivismo, ao tratar de escolhas individuais, remete-se ao individualismo metodológico, que procura explicar os fenômenos econômicos a partir da ação dos indivíduos. Este princípio está de acordo com o dualismo metodológico, defendido por autores da Escola Austríaca. Esta escola trabalha com o racionalismo crítico, no qual a sua visão do mundo é realista na observação dos fatos, humilde quanto à limitação da mente humana e cética no que se trata de experimentos com a sociedade¹¹.

Este trabalho procura compreender o desenvolvimento da teoria de mercado da Escola Austríaca alternativamente à do *mains-tream*. Para a elaboração do trabalho faz-se necessário analisar a fundamentação epistemológica e metodológica e as diferenças entre os conceitos de eficiência para as duas escolas.

O presente trabalho conta com uma primeira seção na qual é apresentada a fundamentação epistemológica e a metodologia da Escola Austríaca. A segunda seção trata do processo de mercado na Escola Austríaca. A terceira seção apresenta o conceito de eficiência dinâmica da Escola Austríaca, distinto do conceito convencional de eficiência neoclássico. Finaliza-se o trabalho com a quarta seção, que apresenta as considerações finais.

I - FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA

O verdadeiro tema da praxeologia, a ação humana, tem a mesma origem que o raciocínio humano. Ação e razão são afins e homogêneas; podem até ser consideradas dois aspectos diferentes da mesma coisa. O poder que tem a razão de esclarecer, através

de simples raciocínio, as características essenciais da ação, é consequência do fato de que a ação é um produto da razão.

A praxeologia é uma ciência social e, como tal, sua construção teórica requer um caráter epistemológico apriorístico. Logo, deve procurar desenvolver teoremas válidos de certeza apodítica – do que é demonstrável ou evidente, valendo, pois, de modo necessário. Os teoremas que o raciocínio praxeológico consegue adequadamente estabelecer são não apenas verdadeiros, mas incontestáveis como os teoremas matemáticos. Mais ainda, referem-se, com a plena rigidez de sua certeza apodítica e de sua incontestabilidade, à realidade da ação como ela se apresenta na vida e na história. Enquadram-se no primeiro dos quatro tipos de teoremas da ciência econômica¹², a saber:

1º) Teoremas universalmente válidos e relevantes – têm como princípio pressupostos verdadeiros que se dão no mundo real que queremos explicar e não contêm erros na cadeia lógico-dedutiva de raciocínio no seu desenvolvimento;

2º) Teoremas universalmente válidos e irrelevantes – têm como princípio pressupostos falsos que não se dão no mundo real que queremos explicar, mas não contêm erros na cadeia lógico-dedutiva de raciocínio no seu desenvolvimento;

3º) Teoremas incorretos, mas relevantes – têm como princípio pressupostos verdadeiros que se dão no mundo real que queremos explicar, mas contêm erros na cadeia lógica dedutiva de raciocínio no seu desenvolvimento;

4º) Teoremas incorretos e irrelevantes – têm como princípio pressupostos falsos que se dão no mundo real que queremos explicar e contêm erros na cadeia lógico-dedutiva de raciocínio no seu desenvolvimento.

A certeza da veracidade dos pressupostos praxeológicos advém do caráter axiomático

¹¹ IORIO, Ubiratan Jorge. **Economia e Liberdade: A Escola Austríaca e a Economia Brasileira**. Pref. Roberto Campos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª Ed., 1997.

¹² ZANELLA, Antonio. El uso de las matemáticas en la ciencia económica. **Procesos de Mercado: Revista Europea de Economía Política**, Vol. 7, No. 1 (2010): 191-213, cit. p. 195.

dos pressupostos. O axioma da ação humana – a proposição de que os humanos agem para sair de uma situação desconfortável para uma situação confortável ou de menor desconforto – é uma real proposição sintética apriorística¹³. A proposição de que os humanos agem não pode ser refutada, uma vez que tal negação seria ela própria uma ação; a verdade dessa afirmação não pode ser revogada.

Todas as categorias com as quais a economia se preocupa – valor, fins, meios, escolhas, custos etc. – estão implícitas no axioma da ação. Elas podem ser interpretadas apenas se assumirmos que os seres humanos agem. Elas são verdadeiras *a priori*, podendo ser deduzidas logicamente do axioma da ação:

Seus afirmativas e proposições não derivam da experiência. São como a lógica e a matemática. Não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos. São tanto lógica como temporalmente anteriores a qualquer compreensão de fatos históricos. É um requisito necessário para qualquer percepção intelectual de eventos históricos¹⁴.

Para Hans-Hermann Hoppe, o raciocínio econômico está baseado apenas neste entendimento sobre a ação, assim a categorização da economia como um tipo de lógica aplicada deriva da condição do axioma da ação como uma proposição sintética apriorística e verdadeira¹⁵.

¹³ “De acordo com Immanuel Kant (1724-1804), a verdade de proposições sintéticas apriorísticas pode ser definitivamente estabelecida por meio de axiomas autoevidentes. Uma proposição é autoevidente quando não podemos negar sua verdade sem cairmos em uma autocontradição; uma tentativa de negar a verdade de uma proposição sintética apriorística seria igual a admitir sua verdade” (POLLEIT, T. O apriorismo de Mises contra o relativismo na ciência econômica. Publicado pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil em 26 de março de 2010. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=644>>. Acessado em: 28 de maio de 2012).

¹⁴ MISES, Ludwig von. **Theory and History: An Interpretation of Social and Economic Evolution**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2ª Ed., 2007 [1957]. p. 59.

¹⁵ HOPPE, Hans-Hermann. **A Ciência Econômica e o Método Austríaco**. Trad. Fernando Fiori Chiocca. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

Assim, a ciência econômica, campo mais desenvolvido da praxeologia, é o processo de construção mental de um arcabouço axiomático lógico-dedutivo para a compreensão da realidade, composta de ação humana – e interações humanas – e fenômenos da natureza. No entanto, neste processo de compreensão, simplesmente não sabemos de que forma os acontecimentos externos – físicos, químicos e fisiológicos – afetam o pensamento humano, as ideias e os juízos de valor. O fato de humildemente reconhecer essa ignorância nos remete à necessária divisão do reino do conhecimento em dois campos distintos: o campo dos acontecimentos externos ou da natureza e o reino do pensamento e da ação humana. Assim, o dualismo metodológico torna-se não uma preferência, um capricho, mas sim algo necessário na construção do conhecimento.

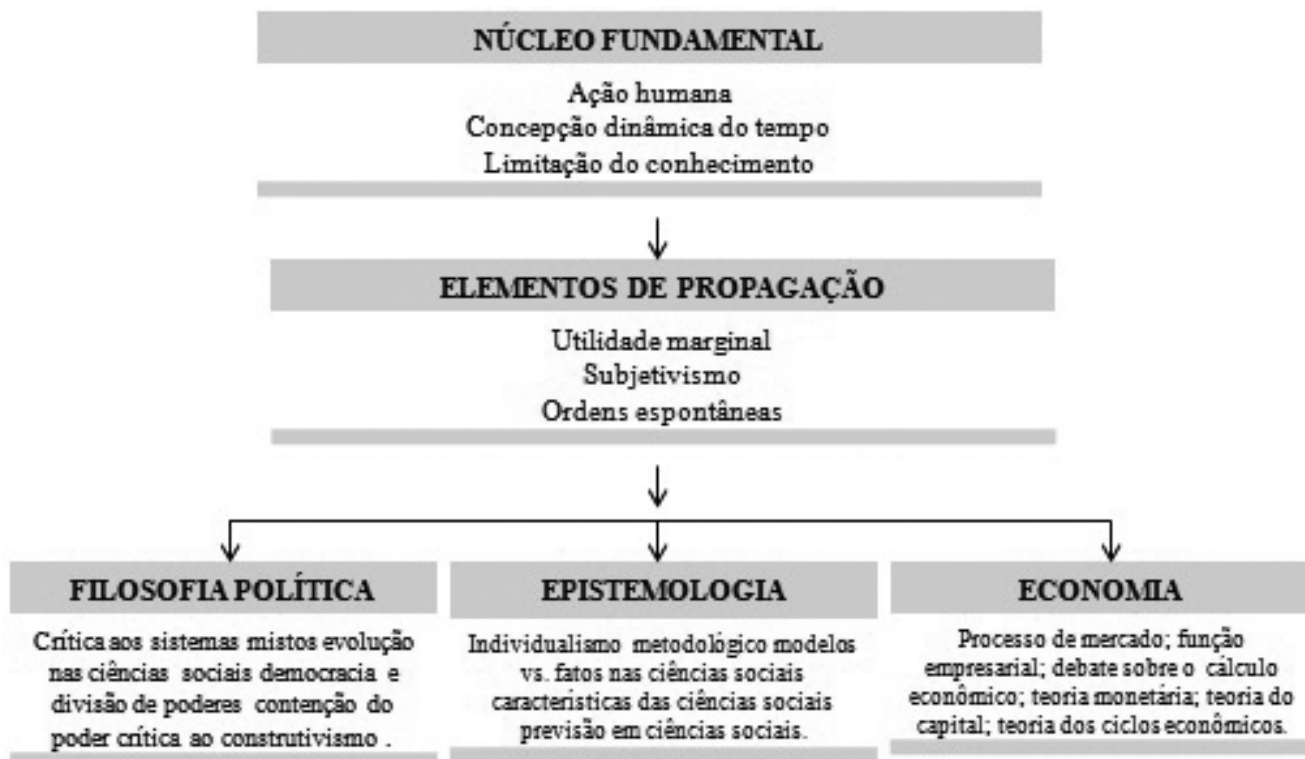
O método de análise merece total cuidado, pois uma das principais divergências entre a Escola Neoclássica e a Escola Austríaca, desde seus primórdios, é o método científico. Segundo Mises, a teoria econômica tradicional utiliza-se do positivismo, o mesmo método das ciências naturais¹⁶. Todavia, isto é um grave equívoco epistemológico, pois esta abordagem não condiz com a ciência econômica, já que não há como fazer experimentações com o processo social. Logo, o monismo metodológico, utilizado pelo *mainstream*, deve ser rejeitado, sendo necessário o uso de metodologias distintas para o estudo das ciências naturais e as ciências sociais.

Ludwig von Mises aborda a questão do dualismo metodológico¹⁷. Parte da constatação de que as ações dos seres humanos não podem ser analisadas tendo como fundamento os

¹⁶ “They proclaimed the experimental methods of the natural sciences to be the only adequate mode of research, and induction from sensory experience the only legitimate mode of scientific reasoning. They behaved as if they had never heard about the logical problems involved in induction. Everything that was neither experimentation nor induction was in their eyes metaphysics, a term that they employed as synonymous with nonsense”. (MISES. **Theory and History**. p. 2).

¹⁷ MISES. **Theory and History**.

FIGURA 1 – NÚCLEO FUNDAMENTAL E ELEMENTOS DE PROPAGAÇÃO DA ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA



Fonte: IORIO, Ubiratan Jorge. *Ação, Tempo e Conhecimento*. p 19.

métodos aplicados às ciências naturais, que têm o positivismo como abordagem dominante. O dualismo metodológico se abstém de qualquer proposição a respeito de essências e construções metafísicas. Considera o fato de que nós não sabemos como eventos externos afetam os pensamentos, as ideias e os juízos de valor. Esta ignorância divide o domínio do conhecimento em dois campos separados, o dos eventos externos, comumente chamado de natureza, e o do pensamento e da ação humana.

Mesmo sendo um campo muito amplo do conhecimento humano, pois estuda as relações da economia com a epistemologia, a política, o direito, a história, a sociologia, a psicologia, a antropologia e a filosofia política, a Escola Austríaca guarda uma simplicidade impressionante, que se explica pela lógica irrepreensível de suas proposições e postulados.

Tais proposições e postulados compõem a tríade concomitante e complementar, formada pelos conceitos de ação humana, de tempo dinâmico e pela hipótese acerca dos limites ao nosso conhecimento. Estes três

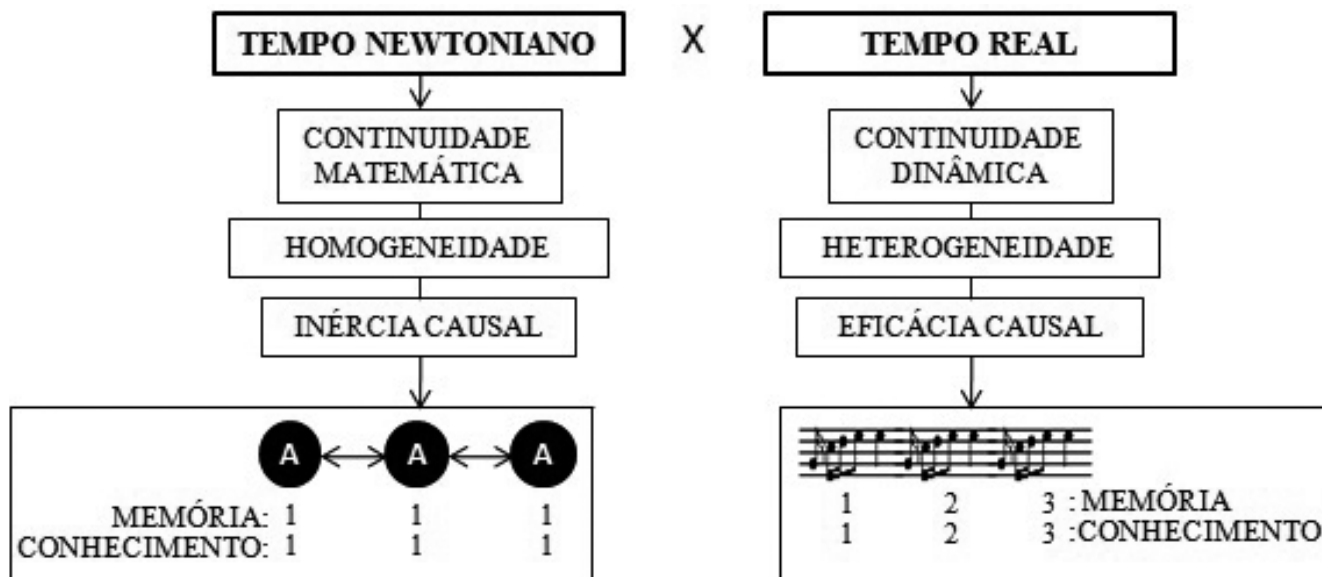
elementos do núcleo fundamental e se transmitem por meio de seus elementos de propagação – utilidade marginal, subjetivismo e ordens espontâneas – para os diversos campos do conhecimento humano. Essa difusão tem implicações na filosofia política, na epistemologia e na economia. Como podemos ver na Figura 1, tais elementos são, segundo Iorio, a pedra angular do edifício teórico que constitui a Escola Austríaca de Economia¹⁸.

I.1 - Núcleo Fundamental

O primeiro ponto do núcleo fundamental é uma das particularidades da análise da Escola Austríaca, considerar a ciência econômica como parte de uma ciência maior, a praxeologia. Para a Escola Austríaca, ação não é exclusivamente o ato de fazer algo, mas também o de deixar de fazer, o de omitir, negligenciar, pois da mesma forma como o “fazer”,

¹⁸ IORIO, Ubiratan Jorge. *Ação, Tempo e Conhecimento*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

FIGURA 2 – TEMPO NEWTONIANO E TEMPO REAL



Fonte: IORIO, Ubiratan Jorge. **Economia e Liberdade**. p. 50-54. Elaboração própria.

o “não fazer” gera consequências. Como define Mises, a ação humana é um ato propositado, uma vontade colocada em prática, é a busca para atingir fins¹⁹. A ação se dá conforme alguns pressupostos: quando o homem está insatisfeito com sua atual situação; quando ele vislumbra uma situação melhor; e, quando há expectativa de que sua ação melhorará sua condição ou, pelo menos, não a piorará.

A concepção do tempo na Escola Austríaca é a do tempo dinâmico, também chamado de tempo real. O tempo real é um fluxo de acontecimentos, ou seja, é dinâmico, não apresentando a característica estática do tempo newtoniano²⁰ utilizado na teoria de

¹⁹ MISES, Ludwig von. **Ação Humana**.

²⁰ No modelo de equilíbrio geral, a formação dos preços e as decisões referentes às trocas ocorrem ao mesmo tempo. Deste modo, tanto as causas como os efeitos, o presente e o futuro, fazem parte do mesmo instante. Nos modelos de equilíbrio intertemporal, no qual se busca corrigir o problema do tempo, a hipótese de existência de todos os mercados no presente, dada a tomada de decisões em determinado momento, acaba fazendo do futuro somente um desenrolar das decisões tomadas no tempo inicial, como se não houvessem acontecimentos no período entre o presente e o futuro: “A concepção newtoniana de tempo estabelece uma analogia entre tempo e espaço, à medida que simboliza a passagem do tempo por meio de movimentos ao longo de uma linha, em que os diferentes períodos de tempo são representados por uma sucessão de segmentos de reta (no

mercado da Escola Neoclássica. Este tempo apresenta três características:

1ª) Continuidade dinâmica: dadas as percepções individuais, o presente liga-se a outros períodos por meio da memória e das expectativas. Dependendo do momento em que é projetado, o futuro modifica-se, e a memória ajuda a formar as expectativas quanto ao futuro.

2ª) Heterogeneidade: a memória, sendo componente da experiência, também é fator de diferenciação entre os momentos sucessivos. Com isso, conforme o tempo passa, a memória vai registrando os fatos e, com isso, a perspectiva subjetiva e individual modifica-se continuamente.

3ª) Eficácia causal: com base na continuidade e na heterogeneidade, o tempo também passa a ser caracterizado a partir da ideia de causalidade, como fonte de novidades e consequente aprendizado. Para a Escola Austríaca a força endógena que impulsiona continuamente todo o sistema é o processo de descobertas que gera o crescimento do conhecimento.

A Figura 2 mostra as diferenças dos dois conceitos de tempos.

caso de variáveis discretas), ou são retratados com uma sucessão de pontos (no caso de continuidade).” (IORIO. **Economia e Liberdade**. p. 50, grifo nosso).

O tempo real assume a herança da memória e o acréscimo de conhecimento que se tem com o passar do tempo. O tempo real é irreversível, análogo à estrutura musical²¹. Não é como no tempo newtoniano, em que o tempo é tratado como esferas isoladas no qual se pode transitar de uma para outra sem problema; porém, o tempo não é uma via de duas mãos. Outro fato a ser destacado é o tempo newtoniano não considerar a memória e a conseqüente evolução do conhecimento dos indivíduos, pois os tem como fatos dados e, desta forma, os rearranjos de fatores não mudam, pois a percepção humana, tanto presente como futura, é a mesma. O sistema econômico se movimenta por estímulos endógenos, já que o tempo passa, o conhecimento se altera e assim o sistema econômico também se modifica.

O tempo dinâmico real considerado pela Escola Austríaca conduz a uma evolução criativa irreversível que provoca alterações imprevisíveis. A compreensão deste tempo na análise econômica e, desta forma, da ação humana é imprescindível, já que, ao agir, acumulam-se continuamente novas experiências, gerando novos conhecimentos, o que faz, por consequência, com que os indivíduos modifiquem seus planos e suas ações²².

O terceiro elemento é a limitação do conhecimento. Segundo Iorio, o conhecimento humano contém componentes de indeterminação e imprevisibilidade, fazendo com que as ações humanas produzam efeitos involuntários que não podem ser previstos²³. Dada a incerteza ou, em outras palavras, a ignorância em tempo real, não há a possibilidade de listar todos os resultados possíveis decorrentes de uma ação. Não se trata

somente do futuro ser desconhecido; se assim fosse, com o passar do tempo e com a ampliação do conhecimento, saber-se-ia os possíveis resultados de uma ação.

A partir do individualismo metodológico trabalhado pela Escola Austríaca, sabe-se que quando um indivíduo determina a sua ação, as implicações desta escolha irão depender, pelo menos parcialmente, das ações que os outros indivíduos tomaram, ou estão por tomar. Presente e futuro são afetados pelos fatores citados, fazendo com que cada instante produza uma nova perspectiva individual. A incerteza é uma variável endógena; é parte do processo gerador de mudanças. A incerteza não poderá ser completamente eliminada, pode apenas ser amenizada.

A incerteza não é uma variável exógena, como tratam os modelos do *mainstream*, e sim uma variável endógena. Os neoclássicos tratam a ignorância como uma variante dada do conhecimento e que pode ser desprezada, por não retratar a ação humana no mundo real. Ignoram o fato de ela ser endógena e de ser parte do processo gerador de mudanças. Por isso, os estados de equilíbrio estáticos dos neoclássicos não são coerentes, eles não consideram uma das rodas dentadas da engrenagem do sistema econômico. A incerteza não poderá ser completamente eliminada, pode apenas ser amenizada. Essa incerteza afasta qualquer possibilidade de equilíbrio econômico, tal qual o proposto pela Escola Neoclássica.

I.2 - Elementos de propagação

O cerne da teoria do valor para a Escola Austríaca está na teoria desenvolvida pelos filósofos católicos pós-escolásticos dos séculos XV, XVI e XVII. Para estes, os preços são determinados por seu valor subjetivo, como o seu valor de uso, sua escassez e sua disponibilidade: Carl Menger desenvolveu uma análise marginalista a partir deste conceito subjetivo de valor, em que valor não é algo inerente ao bem, mas sim um juízo que o indivíduo faz sobre a importância deste bem; assim, o valor,

²¹ "Ao ouvirmos os primeiros compassos de uma nova melodia, não somos capazes de captar os compassos seguintes, porque nossa percepção envolve, primeiro, a memória das frases ou compassos recém-ouvimos e, segundo, a antecipação das frases ou compassos seguintes e que ainda não ouvimos" (IORIO. **Economia e Liberdade**. p. 52).

²² IORIO. **Ação, Tempo e Conhecimento**.

²³ Idem, *Ibidem*.

por natureza, é algo subjetivo²⁴. Para Ludwig von Mises, o valor é a importância conferida pelos homens:

Valor é a importância que o agente homem atribui aos seus objetivos finais. Somente a objetivos finais é que se atribui um valor primário, original. Os meios são valorados de forma derivativa, segundo sua utilidade e contribuição para alcançar o objetivo final. Sua valoração deriva do valor atribuído ao respectivo objetivo. Só têm importância na medida em que tornam possível atingir algum objetivo, algum fim. Valor não é algo intrínseco à natureza das coisas. Só existe em nós; é a maneira pela qual o homem reage às condições de seu meio ambiente²⁵.

Segundo a lei de utilidade²⁶ marginal, o homem, ao agir, ordena seus objetivos em uma escala subjetiva, ou seja, de valoração própria, inerente aos próprios objetivos. Para chegar a tais objetivos, o homem utiliza meios, que são compostos por alternativas capazes de proporcionar o mesmo serviço. Segundo Mises, o homem ordena todas as coisas em uma escala de satisfação, conforme a sua própria satisfação, ou seja, do que é mais a menos desejável, de forma que haja diferentes graus de relevância e urgência²⁷. Um exemplo disto é um indivíduo que tenha meia folha de papel dividida em cinco partes iguais. Este indivíduo organiza uma escala de valoração pessoal e subjetiva. A primeira folha é utilizada para escrever um exercício de lógica, a segunda para escrever um poema, a terceira para praticar caligrafia, a quarta para testar uma lapiseira, e a quinta para limpar o escri-

tório. À medida que aumentam as unidades do bem, no caso os pedaços de folhas, o valor da última cai²⁸.

A utilidade marginal tratada aqui reporta ao valor de uso subjetivo, ou seja, a importância para diminuir o desconforto ou aumentar o bem estar do indivíduo em determinada situação. Não se trata do valor de uso objetivo, de quantidades e capacidades físicas. Se assim fosse, poder-se-ia elevar o bem estar de um agente ao aumentar a utilidade marginal apenas com o incremento ou supressão da quantidade de unidades.

O subjetivismo da Escola Austríaca não se limita apenas à teoria subjetiva do valor. Refere-se a uma hipótese básica, a tomada de decisão, materializada na escolha das ações, que não são determinadas por eventos externos, mas conteúdo da mente humana e, portanto, subjetivas²⁹. Desta forma, o subjetivismo utilizado aqui evidencia a criatividade e a autonomia das escolhas individuais e, como tal, está submetido ao individualismo metodológico.

As ordens espontâneas, terceiro meio de propagação, são as regularidades que surgem do resultado da adaptação evolutiva dos indivíduos que as integram, nas circunstâncias que os afetam em cada momento e lugar. Ditas circunstâncias, que não podem ser conhecidas em sua totalidade, podem influenciar todos ou parte dos indivíduos, e podem fazê-lo de inúmeras formas naqueles indivíduos que as experimentam³⁰. Conforme Iorio, ordens espontâneas são instituições que se estabelecem entre o instinto e a razão, como resultado da ação humana, mas não no desem-

²⁴ MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1986 [1871].

²⁵ MISES. **Ação Humana**. p. 129.

²⁶ "Neste contexto, utilidade significa simplesmente: relação causal para a redução de algum desconforto. O agente homem supõe que os serviços que um determinado bem pode produzir irão aumentar o seu bem-estar e a isto denomina utilidade do bem em questão. Para a praxeologia, o termo utilidade é equivalente à importância atribuída a alguma coisa em razão de sua suposta capacidade de reduzir o desconforto". (Idem. *Ibidem*. p. 156).

²⁷ Idem. *Ibidem*.

²⁸ ZANOTTI, Gabriel. Nueva introducción a la Escuela Austríaca de Economía. Publicado pelo Instituto Acton Argentina em março de 2001. Disponível em: <<http://www.institutoacton.com.ar/articulos/gzanotti/artzanotti20.pdf>>. Acessado em: 15 de junho de 2012.

²⁹ IORIO. **Ação, Tempo e Conhecimento**.

³⁰ MESEGUER, Cesar Martinez. **La teoría evolutiva de las instituciones: la perspectiva austriaca**. Madrid: Unión Editorial, 2ª Ed., 2009.

penho de qualquer intento humano³¹. Desta forma, mesmo com a dispersão do conhecimento há uma ordem espontânea na ação dos indivíduos, que apresenta regularidades, com a convergência de preços e custos, sem uma ordem central que reúna todo o conhecimento da sociedade³².

Sabe-se que os três elementos que formam o núcleo fundamental da Escola Austríaca se difundem pelos seus elementos de propagação. Essa propagação se dá nos campos da filosofia política, a epistemologia e da economia. Inserida no campo da economia está a questão dos processos de mercado e da ação empreendedora, foco deste trabalho.

II - PROCESSO DE MERCADO

Quando se trata da determinação do preço, as teorias convencionais adotam as curvas de oferta e de demanda para explicá-lo, sem considerar os fatores subjetivos do valor, baseando-se apenas nas questões objetivas³³. Para a Escola Austríaca, tanto a demanda como a oferta são determinadas pela ação humana. Assim, os processos de formação de preços também são determinados por conceitos praxeológicos. O objetivo da teoria de preços da escola neoclássica é estabelecer o preço e a quantidade que, combinadas, atingem o equilíbrio de mercado, dadas as preferências, dotações iniciais e tecnologias. Já na teoria de preços da Escola Austríaca, os valores das variáveis preço e quantidade não são o objeto de análise, mas sim as interações dos agentes que geram as forças de mercado

que modificam preços, tecnologias e alocação de recursos³⁴.

A ação dos agentes se dá na presença de um conhecimento imperfeito, ou seja, em um ambiente de informações incompletas. Assim, o problema econômico não é apenas a alocação de dados recursos. O problema é mais complexo, é a utilização do conhecimento, que é disperso, incompleto e algumas vezes contraditório. Cada indivíduo interpreta a sua parcela de conhecimento de forma singular, esta parcela de conhecimento é apenas uma parte do total de informações disponíveis no mercado e é diferente para cada indivíduo. Quando as ações fazem parte de um mesmo plano, sendo compatíveis entre si, este indivíduo está em equilíbrio. Com o tempo adquire-se conhecimento, algumas de suas ações mudam, gerando um desequilíbrio, necessitando rever planos. Para Fabio Barbieri, o conceito de equilíbrio não se limita a uma economia estática³⁵. Há equilíbrio sempre que os agentes possam prever as mudanças que irão ocorrer na economia; sabe-se o que vai mudar e desta forma não se altera os planos, que já incorporam a mudança.

Mesmo com a dispersão do conhecimento há uma ordem espontânea na ação dos indivíduos, que apresenta regularidades. Portanto, os preços e a competição surgem como pilares fundamentais no processo de coordenação dos planos dos agentes ao longo do tempo. O sistema de preços sinaliza aos agentes como estes devem agir para haver uma coordenação de planos entre eles:

O papel do mercado, então, é o de servir como um *processo*, mediante o qual, por tentativas e erros, tanto o conhecimento como as expectativas dos diferentes membros da sociedade vão se tornando paulatinamente mais compatíveis com o passar do tempo. Surge, desta maneira, a importância fundamental, primeiro, do sistema de preços, com o papel

³¹ IORIO. *Ação, Tempo e Conhecimento*.

³² BARBIERI, Fábio. *O Processo de Mercado na Escola Austríaca Moderna*. Dissertação de Mestrado em Economia orientada por Jorge E. C. Soromenho. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2001.

³³ Sabe-se que a Escola Neoclássica tem por base a teoria subjetiva de valor. Contudo, sua teoria assume um caráter de objetividade ao preconizar “quantidades e capacidades físicas”, como relatado no tópico anterior.

³⁴ KIRZNER, Israel. *Competição e atividade empresarial*. Trad. Ana Maria Sarda. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986 [1973].

³⁵ BARBIERI. *O Processo de Mercado na Escola Austríaca Moderna*.

de emitir sinais para que diversos participantes do processo de mercado possam coordenar seus planos ao longo do tempo e, segundo, da competição, como único meio de *descoberta* das informações que são realmente relevantes³⁶.

Em um processo competitivo, os consumidores saberão quais arranjos estão disponíveis para seu consumo e o produtor saberá qual é o menor custo de produção e quais são as preferências dos consumidores. Mas principalmente o mercado competitivo dá a oportunidade de avançar as descobertas, por meio de um processo de tentativa e erros e correções destes erros. Se as informações fossem dadas a competição seria prescindível, isso porque o valor da competição está nos resultados que são descobertos após a competição e que não poderiam ter sido imaginados antes dela. A interação dos agentes no mercado faz com que estes, ao olhar as decisões que foram tomadas à sua volta, revisem suas decisões para o período subsequente, ou seja, as decisões que foram tomadas em um tempo modificam as decisões em tempos posteriores. Ao longo do tempo, essa série mudanças sistemáticas das decisões de mercado constitui o próprio processo de mercado³⁷.

No entendimento da Escola Austríaca do processo de mercado dinâmico há um ator de suma importância, o empreendedor, ou o chamado *homo agens*. Neste está presente a *serendipidade*, a capacidade tipicamente empresarial em dar-se conta de oportunidades que surgem espontaneamente sem serem buscadas de forma deliberada³⁸. O processo de mercado é essencialmente empresarial, a atividade empresarial é inseparável do processo competitivo. No processo de mercado, as interações dos agentes mostram os erros que ocorrem nos seus planos. O elemento empresarial

entra como um mecanismo para corrigir estes erros e a função empreendedora é justamente aproveitar as oportunidades criadas pela falta de conhecimento existente no mercado. É neste caso que o empreendedor mostra seu atributo de perspicácia, no qual os indivíduos aprendem e conduzem seus planos a um plano de coordenação, ou seja, levam a revisão individual dos planos que resultam em um processo de aprendizagem. Em um estado de ampla ignorância os planos dos agentes apresentam-se completamente descoordenados, gerando um desequilíbrio, o que resulta em inúmeras oportunidades perdidas. Os participantes do mercado não estão cientes das oportunidades de trocas lucrativas disponíveis no mercado. O empreendedor que é perspicaz e está constantemente alerta a essas oportunidades as descobre. Esse fato acaba por coordenar a economia.

Nos modelos neoclássicos de equilíbrio estático não há espaço para o empreendedor; há pleno conhecimento do mercado e assim as alocações de recursos são sempre ótimas. Já na análise da Escola Austríaca, é somente através do empresário que alterações na situação descoordenada podem ocorrer, estas geram coordenação pela serendipidade. Contudo, o equilíbrio não é atingido, pois a situação modifica-se, como mudança de preferências, tecnologia, novos recursos. Os agentes acabam por não conseguir guiar corretamente seus planos. Surgem novas oportunidades de lucro, os empreendedores aproveitam e assim por diante:

[...] as mudanças que o empresário inicia são sempre rumo ao hipotético estado de equilíbrio; são mudanças provocadas pela reação ao padrão existente de decisões erradas, um padrão caracterizado por oportunidades perdidas. O empresário, na minha opinião, leva a *um ajuste mútuo* aqueles elementos discordantes que resultam na ignorância anterior do mercado³⁹.

Para ilustrar esse processo de mercado que converge para o ponto de equilíbrio apre-

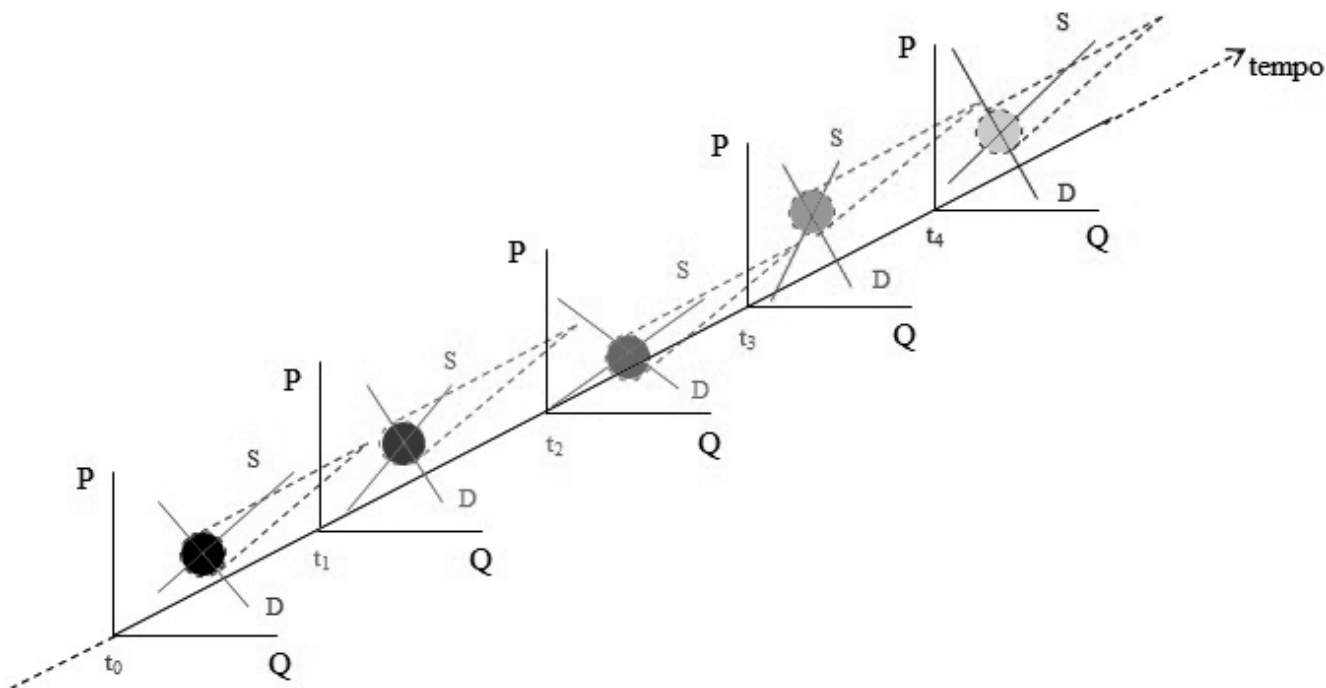
³⁶ IORIO. **Economia e Liberdade**. p. 68, grifo do autor.

³⁷ KIRZNER. **Competição e Atividade Empresarial**.

³⁸ HUERTA DE SOTO, Jesús. **Socialismo, cálculo econômico y función empresarial**. Madrid: Unión Editorial, 4ª Ed., 2010.

³⁹ KIRZNER. **Competição e Atividade Empresarial**. p. 53, grifo do autor.

FIGURA 3 – CONES “AUSTRÍACOS”



Fonte: Elaboração própria baseada em: IORIO. **Economia e Liberdade**. p. 73. O professor Iorio, em seu livro, agradece a seu ex-aluno Reszo Divenyi pela ideia deste gráfico.

senta-se a Figura 3. Os pensadores da Escola Austríaca criticam o uso de gráficos e da matemática na economia. No entanto, se forem utilizados como ferramenta auxiliar de linguagem, com o objetivo de complementar a exposição teórica, tornam-se válidos⁴⁰. Então, a figura é válida no sentido de contemporizar com o *mainstream economics*, com o objetivo de tornar claro o processo de mercado defendido acima.

A interseção das curvas de oferta e demanda gera uma área de provável equilíbrio. No tempo t_0 , por exemplo, a área do círculo preto é o conjunto de possibilidades de equilíbrio. A partir desta área, há uma tendência de equilíbrio para o próximo período, t_1 , gerada pelo cone que se forma a partir da área de equilíbrio de t_0 . Porém, como os fatores determinantes da oferta e da demanda modificam-

-se, o equilíbrio do período t_1 se dá na área do círculo cinza mais claro, e não na indicada pelo cone preto. Assim, segue uma sucessão de períodos, nos quais há a tendência de um equilíbrio que se desfaz, ou seja, não é atingido no período seguinte e não representará, assim, uma situação de equilíbrio:

Deduz-se que o movimento do desequilíbrio rumo ao equilíbrio é, ao mesmo tempo, um movimento do conhecimento imperfeito para o conhecimento perfeito, e da descoordenação para a coordenação. Vimos que o movimento do desequilíbrio para o equilíbrio é, simplesmente, o processo competitivo-empresarial, que é um processo de comunicar informação [...]. Esse processo de aprendizagem, ao mesmo tempo, leva os planos individuais a uma coordenação cada vez maior. A regra é simples e óbvia: a coordenação de informação garante a coordenação de ação. [...] O processo competitivo-empresarial torna-se visível agora, não simplesmente como capaz de gerar uma tendência rumo ao equilíbrio, mas como capaz de descobrir

⁴⁰ O objetivo é não fazer da construção teórica “refém” do uso da matemática; os gráficos e modelagem servem como complemento, não como integrantes fundamentais do núcleo teórico. Ver: ZANELLA. El uso de las matemáticas en la ciencia económica.

e corrigir os planos e decisões individuais desafinados⁴¹.

É justamente esse processo de aprendizagem, a tentativa de se fazer o melhor naquilo em que se atua, ou seja, oferecer bens e serviços melhores a preços mais baixos, o principal componente de um processo mais amplo, o qual se chama de competição.

II.1 - A Competição

A competição, em uma economia de mercado, se revela na ação dos vendedores, que competem entre si para ofertar bens e serviços melhores e mais baratos, e na ação dos compradores, que competem para pagar um preço mais baixo que os outros. A competição aqui é um processo de rivalidade. Esta é a competição cataláctica cunhada por Mises.

A teoria neoclássica é incapaz de conceber o termo “competição” como de fato ele é, já que vê a competição como um estado fixo e estático de coisas. Isto se dá pela ênfase dada ao estado de equilíbrio e às condições necessárias a este estado. Não cabe, em uma situação de equilíbrio, a ação empresarial e os processos que dirigem o mercado ao equilíbrio – sem, no entanto, alcançá-lo. Não há novas possibilidades de ganhos a serem descobertas, nem novas alocações de recursos a serem feitas. As decisões de todos os agentes do mercado estão perfeitamente ajustadas.

Assim não importa o que os leigos queiram dizer com a expressão “competição”: o teórico do equilíbrio passou a usá-la para conotar um mercado no qual cada participante é fraco demais para efetuar qualquer mudança nos preços. [...]. O aspecto mais infeliz desse uso da expressão “competição” é, evidentemente, que, ao referir-se à situação onde não há mais vez para novos avanços no processo competitivo de mercado, a palavra passou a ser compreendida como o *exato oposto* do tipo de atividade em que consiste esse processo. Assim, como

vamos descobrir, qualquer afastamento, no mundo real, das condições de equilíbrio, passou a ser etiquetado como o oposto de “competitivo” e daí, por simples extensão, como realmente “monopolístico”⁴².

O produtor da teoria neoclássica decide como agir com base em informações dadas. Não há necessidade de preocupar-se com a busca de possibilidades desconhecidas de lucro, não há rivalidade. Já o empresário na análise da Escola Austríaca está sempre atento à rivalidade que o permeia, tentando constantemente superar seus competidores.

Desta forma, na cataláxia não existe concorrência perfeita nem há equilíbrio. Os desajustes do mercado são considerados normais, dada a falta de conhecimento. O empresário, com sua serendipidade, tem o papel de diminuir os desajustes. Assim, na medida em que a criatividade e a função empresarial se desenvolvem livremente, corrigindo desajustes, o mercado será mais eficiente. Logo, a eficiência não é estática, que obedeça ao ponto de otimização neoclássico. Ela é dinâmica e obedece ao subjetivismo e conhecimento humanos.

II.2 - Monopólio: A Questão Conceitual

Dentro da Escola Austríaca, o conceito de monopólio é apresentado, na sua maior importância, por três conceitos⁴³. O primeiro deles refere-se à substituibilidade dos produtos. Os produtos que apresentam certa diferenciação e, desta forma, não são substitutos perfeitos, constituem um monopólio. O uso desta definição provavelmente reduziria o conceito de monopólio como a propriedade exclusiva de cada homem de sua propriedade, e, absurdamente, faria com que cada pessoa fosse um monopolista⁴⁴.

⁴² Idem. *Ibidem*. p. 21, grifo do autor.

⁴³ Ver: ROTHBARD, Murray N. **Man, Economy, and State with Power and Market**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, Scholar's Edition, 2ª Ed., 2009. p. 661-754.

⁴⁴ Idem. *Ibidem*.

⁴¹ KIRZNER. **Competição e Atividade Empresarial**. p. 165-166.

O segundo conceito de monopólio foi tratado por Mises⁴⁵ e concebe o “problema” do monopólio não como uma estrutura onde há apenas um produtor, e assim prejudicial à concorrência, mas sim quando há “preços monopolísticos”:

O monopólio [...] torna-se um fator para a determinação dos preços, somente se a curva da demanda do produto monopolizado tiver uma forma específica. Se as condições são de tal ordem que o monopolista possa assegurar para si mesmo maiores receitas líquidas, ao vender uma quantidade menor de seu produto por um preço mais elevado em vez de vender uma quantidade maior por um preço mais baixo, estamos diante de um preço monopolístico maior do que o preço que o produto alcançaria no mercado, se não houvesse o monopólio. Os preços monopolísticos são um importante fenômeno do mercado, enquanto que o monopólio em si só tem importância se puder resultar na formação de preços monopolísticos⁴⁶.

Assim sendo, entende-se que, para Mises, o problema ocorre quando a curva de demanda que o produtor se depara for inelástica, dando-lhe poder de fixar o preço acima do que seria o preço competitivo de mercado. Esta situação, afirma Mises, é competitiva; todos os produtos competem entre si⁴⁷. Quanto mais alto o preço

fixado pelo monopolista, mais compradores potenciais alocarão seus recursos à compra de outros bens, já que, no mercado, todas as mercadorias competem em si⁴⁸.

O problema, neste conceito está no fato de que não há como saber qual seria o “preço competitivo” e compará-lo com o preço apresentado no mercado, no caso, o “preço monopolístico”. Para Murray N. Rothbard (1926-1995) não há como identificar o que é um “preço competitivo” e, portanto, não há maneira de distinguir, mesmo conceitualmente, qualquer preço dado, como o “preço de monopólio”⁴⁹. Assim, para o autor, definir um preço de monopólio como um preço alcançado com a venda de uma quantidade menor de um produto a um preço mais elevado é, portanto, sem sentido, uma vez que a mesma definição aplica-se ao “preço competitivo”, em comparação com um preço subcompetitivo. Não há maneira de definir “preço de monopólio”, porque também não há maneira de definir o “preço competitivo”, para que ao primeiro possa se comparar. O preço que se apresenta no processo competitivo é o “preço de mercado”, determinado pela conjuntura:

Um terceiro conceito de monopólio diz que em uma economia pura de mercado, os casos de monopólio fazem parte do processo competitivo e assim é dinâmico, no qual a ação dos empreendedores é refletida. Este processo pode levar a situações de monopólio aparente, como resultado de previsões bem-sucedidas dos empresários e facilidades de recursos naturais⁵⁰. Entendido desta forma, os casos de monopólio não são permanentes nem inatacáveis. Há vários fatores mercadológicos que garantem a temporariedade do monopólio; a permanência deste, ou não, dependerá dos consumidores e de suas necessidades, que

⁴⁵ MISES. **Ação Humana**.

⁴⁶ Idem. *Ibidem*. p. 337, grifo do autor.

⁴⁷ A curva de demanda pode ser também considerada uma curva de desembolso dos consumidores em todos os preços hipotéticos. Desta forma, podemos definir: $despesa = preço * quantidade demandada$. Sabe-se que quando o preço diminui, a demanda aumenta ou permanece a mesma. Portanto, uma diminuição no preço tende a ser neutralizada por um aumento na quantidade. Desta maneira, conforme a evolução dos preços, ou seja, conforme cada intervalo, a despesa pode aumentar ou diminuir. Para qualquer dois preços, pode-se comparar a despesa dos consumidores. Se uma queda de preços ocasionar um maior gasto do que ao preço mais elevado, a curva de despesa é definida como elástica durante este intervalo. Já se o preço menor gerar menor despesa que os preços mais elevados, a curva de despesa é inelástica ao longo deste intervalo. Caso a despesa seja igual para os dois casos,

a elasticidade é unitária (ROTHBARD. **Man, Economy, and State with Power and Market**).

⁴⁸ MISES. **Ação Humana**, p. 337.

⁴⁹ ROTHBARD. **Man, Economy, and State with Power and Market**.

⁵⁰ HUERTA DE SOTO. La teoría de la eficiencia dinámica.

se manifestam através do sistema de preços. Conforme Mises⁵¹, a entrada em determinado setor é virtualmente livre aos recém-chegados, porém esta liberdade é dada pelos consumidores, se estes aprovarem a expansão deste setor, ou na medida em que os recém-chegados superem aqueles já estabelecidos, melhor satisfazendo os consumidores.

Assim sendo, a única forma do monopólio se sustentar por tempo indeterminado sem a preocupação com a concorrência potencial é quando há concessão de privilégios governamentais que garantem através da lei o direito de haver um único produtor em determinada atividade. Para Iorio⁵², o determinante é que não existem monopólios invulneráveis, a menos que o monopólio seja protegido pelo Estado; o que gera o monopólio indestrutível não é a competição, mas sim o Estado. Nestes casos, sim, a concorrência é ausente.

II.3 - Monopólio na Produção

Kirzner trabalha com o conceito de monopólio da produção, pois toda a sua análise é voltada ao empreendedor, que busca constantemente novas oportunidades de lucro. Contudo, para Kirzner o conceito de monopólio tem diferenças quando visto no curto e no longo prazo⁵³. Pode ser que obstáculos em uma situação anterior tenham gerado um monopólio. Desta forma, as vantagens e desvantagens do monopólio irão variar segundo a perspectiva temporal, o que é monopólio no curto prazo, pode tornar-se competitivo no longo⁵⁴.

⁵¹ MISES. **Ação Humana**.

⁵² IORIO. **Economia e Liberdade**.

⁵³ A noção de curto e longo prazo não está associada à variação de insumos, tal como na teoria ortodoxa. "Kirzner adota uma noção de prazos calcada nos estágios de planejamento empresarial. Conforme se está num nó decisório anterior de uma sequência interligada de um plano estamos falando de longo prazo, enquanto que curto prazo se refere a uma decisão mais adiante dessa sequência" (BARBIERI. **O processo de mercado na Escola Austríaca Moderna**. p. 94).

⁵⁴ Idem. *Ibidem*.

Os obstáculos à competitividade são os elementos que impedem a ação competitiva dos participantes no mercado, que obstruem o processo de mercado em si. A competição, na ótica do processo de mercado, está sempre presente desde que não exista uma barreira arbitrária à entrada. Na teoria da concorrência perfeita, o obstáculo à competitividade é a presença de alguma forma de poder de mercado, ou seja, a curva de demanda não ser perfeitamente elástica. Assim, há uma determinada situação de equilíbrio, com um determinado modelo de ações e, desta forma, a ausência de competição significa que essa determinada situação – a ausência de controle dos participantes individuais do mercado sobre o preço – não prevalece⁵⁵.

A livre competição não significa que não existam barreiras às atividades e aos mercados. A não existência de barreiras institucionais não torna a competição completamente sem restrições. Na competição cataláctica as restrições à competição surgem devido à escassez de bens e serviços. Para a Escola Austríaca, a entrada em um mercado é virtualmente livre se os consumidores desejarem a expansão do setor ou se o empreendimento novo superar o antigo na concepção dos consumidores. Aí está a soberania do consumidor, que através da estrutura de preços determina quanto e em quais atividades deve-se investir. A competição não é a situação em que qualquer um pode prosperar simplesmente pela imitação, mas sim prosperar através da oferta ao consumir algo melhor e/ou mais barato⁵⁶.

Já que o processo de mercado é resultado da ação empresarial, esta ação sempre é competitiva. Sendo a atividade empresarial competitiva, então não existem barreiras à sua ação. Considerando a atividade puramente empresarial⁵⁷ e pensando uma economia sem restrições governamentais, o bloqueio à ação empresarial só pode se dar

⁵⁵ KIRZNER. **Competição e Atividade Empresarial**.

⁵⁶ MISES. **Ação Humana**.

⁵⁷ É a atividade empresarial que não exige nenhum recurso inicial para a tomada de decisão.

pelo acesso limitado aos recursos necessários a tal ação.

O acesso restrito a certos recursos pode impedir o empreendedor de encontrar novas oportunidades de ganho, pois o monopólio destes recursos extingue essas oportunidades:

O monopólio, então, num mercado livre de obstáculos governamentais à entrada, significa para nós a posição de um produtor cujo controle exclusivo sobre insumos necessários bloqueia a entrada de competidores na produção de seus produtos. O monopólio, assim, não se refere à posição de um produtor que, sem qualquer controle sobre recursos, acha-se como o único produtor de um determinado produto. Esse produtor está inteiramente sujeito ao processo competitivo de mercado, já que outros empresários estão inteiramente livres para competir com ele⁵⁸.

Os concorrentes potenciais deste monopolista são os produtores que não estão exatamente na mesma atividade, mas em atividades semelhantes, que podem vir a tomar mercado. Entendendo o monopólio desta forma, tem-se a noção de que a lucratividade do produtor é favorecida conforme essa “proteção” da detenção de certos recursos. Quanto mais o produtor se proteger dessa concorrência potencial, bloqueando as atividades ao entorno da sua, maior será a lucratividade. Esse bloqueio à entrada praticado pelo monopolista para se proteger faz com que o processo competitivo tenda para outras atividades, criando uma área de atividade econômica, cercada por uma grande atividade competitiva e empresarial⁵⁹.

⁵⁸ KIRZNER. **Competição e Atividade Empresarial**. p. 77, grifo do autor.

⁵⁹ Um elucidante exemplo é de um produtor de sumo de laranja que tem acesso único às laranjas, então este produtor detém monopólio total sobre esta atividade. Os competidores não poderão ter a mesma atividade, pois não tem acesso ao recurso “laranja”, restando para eles à produção de outras bebidas. Este monopólio desvia o processo competitivo-empresarial para outras atividades, no caso, outras bebidas. (Idem. *Ibidem*. p. 79).

III - EFICIÊNCIA DINÂMICA

A análise econômica do *mainstream* está fortemente influenciada pelos conceitos da física, especialmente da mecânica e da termodinâmica. Os físicos do século XIX construíram suas análises com base no conceito de energia, um conceito abstrato que somente podia ser observado em seus efeitos, a força e o movimento:

[...] la principal aplicación práctica de la ciencia física se plasma en el desarrollo de la ingeniería mecánica, construida exclusivamente sobre el concepto (estático) de eficiencia energética, que se define por los ingenieros como la “minimización en el despilfarro de energía”. [...] el objetivo de todo buen ingeniero mecánico es lograr el máximo de eficiencia (estática), entendida como el máximo de movimiento con el mínimo de consumo o despilfarro de energía⁶⁰.

Neste período, alguns pensadores das ciências sociais transportaram para seu campo de investigação os conceitos de eficiência da engenharia mecânica e da física. Com a ciência econômica não foi diferente; o conceito de “energia” passou a ser “utilidade”, e a eficiência dessa utilidade passou ser a sua maximização.

No entanto, como já dito, utilizar a metodologia das ciências naturais para as ciências humanas não é algo válido. Este fato levou os economistas da Escola Austríaca a criticar o conceito de eficiência usado pelo *mainstream*, que é, em síntese, a eficiência econômica como apenas um problema técnico de maximização. O conceito utilizado pela Escola Austríaca trata a ciência econômica tal como ela é, uma ciência humana.

Por eficiência dinâmica entende-se a capacidade de estimular a criatividade empresarial, ou seja, a perspicácia e a serendipidade, e assim, conduzir uma coordenação social. Isto quer dizer que um indivíduo, uma empresa, uma instituição, ou o sistema econômico como um todo, serão tão mais eficientes

⁶⁰ HUERTA DE SOTO. La teoría de la eficiencia dinámica. p. 17.

conforme mais e melhor impulsionarem a criatividade e a coordenação empresarial⁶¹. A definição de eficiência dinâmica ultrapassa o conceito de utilização eficiente de recursos já existentes – dados – e acrescenta a possibilidade de criação de recursos através da função empresarial, devido à geração de informação e conhecimento e mudança de fins individuais. A eficiência estática, em que é importante a plena utilização dos recursos, ou seja, a eficiência alocativa, contrasta com a eficiência dinâmica, na qual os desperdícios são inevitáveis. Isso porque a ação empresarial, ao descobrir e criar continuamente novos fins e meios, ao mesmo tempo em que impulsiona a coordenação, faz surgir novos desajustes, fazendo com que alguns desperdícios sejam inevitáveis e circunstanciais à economia.

Desta forma, a eficiência dinâmica e a estática não são excludentes. A primeira engloba a segunda. A mesma força do empreendedorismo que induz a eficiência dinâmica ao criar e descobrir novas oportunidades de lucro é a que atinge o maior grau de eficiência estática humanamente possível em todos os momentos, para coordenar incompatibilidades existentes⁶². Entende-se, desta forma, que a concepção dinâmica da eficiência é inerente à concepção da função empresarial no processo de mercado coordenador. Portanto, torna-se necessário analisar as peculiaridades da ação empresarial, o motor do processo de mercado eficiente.

III.1 - Função Empreendedora

Em um ambiente livre, os agentes, a fim de melhorar sua situação, trocam bens e serviços uns com os outros. Para isso, os participantes desta troca devem, baseados no conhecimento

⁶¹ Idem. *Ibidem*.

⁶² Aqui cabe a ressalva de que, com o fluxo constante e interminável de novos desajustes ocasionados pela função empresarial, o ótimo de Pareto é impossível de ser alcançado e assim, os desajustes nunca serão totalmente eliminados (HUERTA DE SOTO. La teoría de la eficiencia dinámica).

restrito prévio, estar conscientes quanto às oportunidades de ganho por meio de trocas. Desta maneira, mesmo havendo oportunidades lucrativas de trocas, alguns agentes não as percebem, pois o conhecimento é limitado. Com isso, abre-se uma arena para a atividade empresarial lucrativa.

Essa falta de coordenação, ou seja, essa oportunidade de lucro não explorada, é tida pela teoria dominante como uma ineficiência de mercado. Contudo, não há porque dizer que a não percepção dos agentes gere perda de bem-estar, ou que essa falta de coordenação crie problemas de eficiência.

Há como avaliar uma organização social sem requerer ao conceito de bem-estar social. O sucesso de uma sociedade pode ser qualificado na promoção da coordenação das decisões individualizadas de seus membros:

Numa economia de mercado, a qualquer momento dado, uma enorme soma de ignorância é como uma pedra no caminho da coordenação completa das ações e decisões dos diversos participantes do mercado. É provável que existam inúmeras oportunidades despercebidas para troca mutuamente lucrativa (incluindo produção como uma via para trocas). Cada uma dessas oportunidades oferece também uma oportunidade para lucro empresarial. Cada uma das partes potenciais de cada uma dessas oportunidades inexploradas de troca está, como consequência da imperfeição do conhecimento, perdendo algum lucro possível, devido à falta de coordenação representada por essa situação⁶³.

Na concepção da Escola Austríaca, não há ineficiência na alocação de determinados recursos se nenhum dos agentes percebeu a ineficiência. Quando uma ação de nível superior à que foi tomada é ignorada, tem-se a concepção da ineficiência. Assim, a função empresarial é o mecanismo coordenador do mercado definido como a capacidade tipicamente humana para explorar

⁶³ KIRZNER. *Competição e Atividade Empresarial*. p. 257.

as oportunidades de lucro que surgem no ambiente atuando em conformidade para tirar vantagem da mesma⁶⁴.

A ação empresarial produz efeitos importantes para o processo de mercado:

1) Sempre gera nova informação. O ato empresarial descobre uma informação que antes não existia ou que não havia sido considerada. Esta informação é: subjetiva e prática, pois só se cria por meio da ação empresarial; dispersa, pois está difundida na mente de todos os indivíduos; e tácita, pois dificilmente é encontrada expressa de maneira formalizada.

2) Apresenta caráter criativo. Isso significa que todos os desajustes sociais se refletem em um ansejo de lucro a ser descoberto pelos empresários. Quando um empresário percebe uma oportunidade de lucro que já tinha passado despercebido, cria uma informação em sua mente que não existia, ou seja, leva a cabo a ação empreendedora na obtenção de um lucro empresarial puro⁶⁵.

3) Transmite nova informação. Transmitir informação é fazer com que outro indivíduo gere em seu intelecto parte da informação já criada ou descoberta por outrem. A transmissão da informação é tácita e subjetiva⁶⁶, o que a leva a ser resumida, pois só se transmite uma ínfima parte imprescindível para coordenar o processo social. Este, por sua vez, permite aproveitar da melhor forma a capacidade limitada da mente humana para criar, descobrir e transmitir constantemente nova informação.

⁶⁴ HUERTA DE SOTO, Jesús. La teoría de la eficiencia dinámica.

⁶⁵ Idem. *Ibidem*.

⁶⁶ "Como é lógico, a informação relevante é sempre subjetiva e não existe à margem das pessoas que sejam capazes de a descobrir ou interpretar, de forma que são sempre os seres humanos quem criam, transmitem e compreendem a informação. A ideia errônea de que a informação é algo objetivo tem a sua origem na concepção de que parte da informação subjetiva criada empresarialmente se materializa 'objetivamente' em sinais (preços, instituições, normas, firmas etc.) que podem ser descobertos e subjetivamente interpretados por todos no contexto das suas ações particulares, facilitando-se assim a criação de novas informações subjetivas cada vez mais ricas e complexas" (Idem. *Ibidem*, p. 40).

4) Coordenadora. Com a criação de informação e a sua transmissão, os indivíduos passam a agir de forma coordenada, ou seja, conduzem seu comportamento em função de outros indivíduos:

E resulta que o ato empresarial, ao mesmo tempo em que coordena, cria nova informação, a qual por sua vez modifica, no mercado, a percepção geral de meios e fins dos atores implicados, o que dá lugar à aparição de novos desajustes, que por sua vez tendem a ser descobertos e coordenados empresarialmente, e assim sucessivamente no transcurso de um processo de expansão sem limite do conhecimento e dos recursos que nunca se detém, apoiado sobre um volume de população sempre crescente, e que tende a ser tão coordenado quanto seja humanamente possível em cada circunstância histórica ("Big Bang social coordenado")⁶⁷.

O exercício livre da atividade empresarial torna o mercado mais eficiente. Sua ação coordenadora visa eliminar desajustes, as propagadas "falhas de mercado", defendida por teóricos neoclássicos. Contudo, desajustes são inevitáveis, fazem parte da ação humana, justamente pela presença da incerteza genuína na sociedade. A eficiência dinâmica não significa a alocação de todos os meios de forma ótima, na qual não há desperdícios, nem as falhas de mercado ocorrem. A eficiência dinâmica significa, sim, a eliminação do máximo de desajustes com o conhecimento humanamente possível no presente momento.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho fez uma análise da teoria de mercado sob a perspectiva da Escola Austríaca, frente à teoria de mercado do *mainstream*. A teoria de mercado da Escola Austríaca, a caxaláxia, parte de um indivíduo no tempo real, o

⁶⁷ Idem. *Ibidem*. p. 29.

qual permite mudanças, não é estático como a noção de tempo utilizada pelo *mainstream*. Eis a importância da consideração do tempo real: o futuro não é um mero desenrolar de condições iniciais, pois não se pode saber o estado do conhecimento futuro dos indivíduos.

A incerteza genuína permeia os indivíduos, ou seja, no tempo real, o futuro é desconhecido e desconhecível. Não cabe no mundo real o agente racional neoclássico, que tem o equivocado pressuposto de conhecimento perfeito sobre tudo o que está acontecendo e virá acontecer. A incerteza faz parte do processo de mudança e é o que move a ação humana. Se os indivíduos tivessem perfeito conhecimento, não haveria motivo para agir. A incerteza rejeita o equilíbrio econômico, proposta característica do *mainstream*.

Dada esta incerteza em tempo real, o objeto de estudo da Escola Austríaca não é apenas investigar somente quantidades e preços, mas assim a interação dos indivíduos que geram modificações no mercado. O problema econômico não é apenas qual a

alocação ótima de dados recursos – como na Escola Neoclássica. O problema econômico para a Escola Austríaca é a utilização do conhecimento. O mercado serve, desta forma, como um processo dinâmico no qual o conhecimento dos indivíduos, disperso e incompleto, torna-se cada vez mais compatível. Porém, dado o tempo real, nunca há completa coordenação por parte dos indivíduos, fazendo do equilíbrio algo não plausível.

Por ser um conceito não crível, o equilíbrio também acaba por distorcer o conceito de competição. Competição, na cataláxia, é um processo de rivalidade. No *mainstream*, a chamada competição perfeita é a ausência de competição, pois no equilíbrio não há motivo para agir. Desta forma, a teoria de mercado da Escola Austríaca apresenta-se como uma alternativa à teoria de mercado do *mainstream*, que apresenta pressupostos e conceitos ilusórios. Instiga-se, desta forma, o surgimento de novas perspectivas que possam contribuir ao meio acadêmico e à superação de conceitos errôneos que levam à conclusões também errôneas. ∞